

|  |  |  |                                      |
|--|--|--|--------------------------------------|
| <br><b>Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo</b>  | <br><b>Instituto Água e Terra</b><br>Diretoria de Controle de Recursos Ambientais | <b>Autorização Ambiental</b><br>Nº 62081<br><b>Validade</b> 28/02/2027<br><b>Protocolo</b> 209748304 |                                      |
| <b>01 CONTROLE</b>   |  |  |                                      |
| Autorização nº<br>62081  |  | Validade<br>24 Meses   | Protocolo SPI de origem<br>209748304 |
| Autorização Ambiental para Atividade de:<br>Monitoramento de Fauna Aquática  |  |  |                                      |
| O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista contido no expediente protocolado sob o número anteriormente citado, expede a presente Autorização a:   |  |  |                                      |
| <b>02 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO</b>  |  |  |                                      |
| Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física<br><b>CARVIC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA</b>  |  |  |                                      |
| C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física<br>13213623000194  |  | Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física<br>ISENTO                                |                                      |
| Ramo de Atividade - P. J. / Profissão - P. F.<br>CONSTRUTORA   |  |  |                                      |
| Endereço<br>AV FRANCISCO LINDNER, 70   |  | Bairro<br>*****  |                                      |
| Município<br>Luzerna   | UF<br>SC   | Cep<br>89609000  | Telefone<br>(47) 356-30 491          |
| <b>03 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b>  |  |  |                                      |
| Empreendimento<br><b>CGH Rio do Campo</b>  |  |  |                                      |
| Endereço<br>Rio Apucarantina   |  | Bairro<br>*****  |                                      |
| Município<br>Tamarana  | UF<br>PR   | Cep<br>86125000  |                                      |
| <b>04 DETALHAMENTO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL</b>  |  |  |                                      |
| Corpo Hídrico do Entorno<br>*****  | Bacia Hidrográfica<br>Tibagi   |  |                                      |
| Destino do Esgoto Sanitário<br>*****   | Destino do Efluente Líquido<br>*****   |  |                                      |
| Detalhar o teor da autorização, premissas e condicionantes de sua concessão<br>Trata-se da autorização ambiental para estudos de fauna silvestre, na fase de monitoramento de fauna silvestre terrestre e aquática, envolvendo a captura, coleta e transporte de espécimes da ICTIOFAUNA e INVERTEBRADOS AQUÁTICOS nas áreas de influência da CGH Rio do Campo, localizada no município de Tamarana/PR. Tem como objetivo principal a análise da composição e dinâmica das comunidades da biota aquática, bem como o acompanhamento dessa dinâmica ao longo das diferentes etapas do licenciamento do empreendimento e avaliação crítica dos impactos sofridos pela fauna em decorrência da instalação e operação do empreendimento.<br><br>A presente Autorização Ambiental atende a Portaria IAT nº 12/2024 e está em conformidade com a Resolução CONAMA nº 237/1997, Instrução Normativa IBAMA nº 146/2007 e Resolução CEMA nº 107/2020.<br><br>Esta Autorização foi concedida com base nas informações e procedimentos metodológicos do plano de trabalho.<br><br>EQUIPE TÉCNICA:<br><br>Nome: Lucas Agostinhak<br>CTF: 6095896<br>CRBio: 108467/07-D<br>ART: 07-0547/25<br>Função: Coordenador do Monitoramento de Fauna.<br><br>Nome: Andrei dos Santos |  |  |                                      |

|   |  |  |
|---|--|--|
| <br><b>Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo</b> | <br><b>Instituto Água e Terra</b><br>Diretoria de Controle de Recursos Ambientais | <b>Autorização Ambiental</b><br>Nº 62081<br><b>Validade</b> 28/02/2027<br><b>Protocolo</b> 209748304 |
|---|--|--|

CTF: 7818303  
CRBio: 108604/07-D  
ART: 07-0550/25  
Função: Responsável Técnico pelo Monitoramento da Ictiofauna e Ictioplâncton.

Nome: Luana Amalia de Oliveira Rickli  
CTF:  
CRBio: 130369/07-D  
ART: 07-0554/25  
Função: Responsável Técnico pelo Monitoramento da Ictiofauna e Ictioplâncton.

Nome: Raul Fernando de Paula Faria Junior  
CTF: 8412609  
CRBio: 130400/07-D  
ART: 07-0556/25  
Função: Responsável Técnico pelo Monitoramento de Invertebrados aquáticos (macroinvertebrados aquáticos e zooplâncton).

#### CONDICIONANTES:

1. Os procedimentos metodológicos aprovados no plano de trabalho não poderão ser alterados sem anuência prévia do órgão ambiental;
2. Qualquer alteração de equipe técnica deverá ser previamente comunicado e aprovado ao Instituto Água e Terra, pelo Setor de Fauna - SEFAU. As solicitações de alterações deverão ser encaminhadas em um novo protocolo via sistema eProtocolo;
3. Os espécimes que vierem à óbito deverão ser encaminhados ao Laboratório de Anatomia Veterinária (LANAVET) da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), localizado no município de Guarapuava, sendo obrigatória a apresentação da carta de recebimento com os números de tombamento dos animais ali depositados;
4. O monitoramento de fauna deverá ser realizado em 2 (duas) campanhas durante a pré-obra, 1 (uma) campanha por ano de instalação e 1 (uma) campanha por ano de operação, durante, no mínimo, 2 (dois) anos de operação do empreendimento, conforme enquadramento do empreendimento vide anexos II a VIII da Portaria IAT Nº 012/2024;
5. O Programa de Monitoramento autorizado é de caráter contínuo durante toda a etapa de implantação e, portanto, em caso de paralisação das obras, supressão vegetal, alteração de equipe ou outros impeditivos, as atividades correlatas a esse programa devem ser mantidas conforme o aprovado;
6. A área de soltura deverá ser monitorada durante as fases de pré-obra, instalação e operação do empreendimento;
7. Após a finalização do monitoramento na fase de operação, o empreendimento deverá consultar o IAT sobre a continuidade do estudo nos termos do § 1º. Art. 17 da Portaria IAT Nº 012/2024;
8. Para a amostragem de invertebrados aquáticos serão utilizados os métodos de Amostrador Suber e Rede de Plâncton. Quaisquer alterações na metodologia proposta deverão ser informadas e justificadas ao Instituto Água e Terra para autorização;
9. Para a amostragem de ictiofauna serão utilizados os métodos de Redes de Espera. Quaisquer alterações na metodologia proposta deverão ser informadas e justificadas ao Instituto Água e Terra para autorização;
10. Considerando o Parecer Conclusivo Nº 676/2024 (SINAFLOP Nº 24122503), desfavorável a supressão de vegetação e, em decorrência disso, a ausência de supressão de vegetação para a implantação do empreendimento, foi dispensado o monitoramento de fauna terrestre, uma vez que a prevenção do impacto sobre a flora, consequentemente, incorre em prevenção de impacto sobre a fauna, e, portanto, não há motivos para realizar o monitoramento de impacto sobre a fauna terrestre.
11. O esforço amostral empregado entre as diferentes unidades amostrais deve ser similar e comparável, de modo a

|   |   |  |
|---|---|--|
|  <p><b>Secretaria de Desenvolvimento<br/>Sustentável e Turismo</b></p> |  <p><b>Instituto Água e Terra</b><br/>Diretoria de Controle de Recursos Ambientais</p> | <p><b>Autorização Ambiental</b><br/>Nº 62081<br/><b>Validade</b> 28/02/2027<br/><b>Protocolo</b> 209748304</p> |
|---|---|--|

possibilitar análises comparativas;

12. Incluir as coordenadas geográficas em caso de Registros Ocasionais (RO) dos exemplares nas áreas de abrangência do estudo;

13. Todos os registros fotográficos dos indivíduos amostrados deverão apresentar coordenada geográfica, data e horário. Estes deverão ser encaminhados em formato JPEG, na aba “anexos” do eProtocolo;

14. Um relatório final deve ser apresentado ao término de cada uma das fases (pré-obra, instalação e operação), sem prejuízo da possibilidade de solicitação de dados pelo órgão ambiental a qualquer momento;

15. Os resultados do monitoramento de fauna deverão possibilitar a comparação dos dados obtidos entre as diferentes etapas do monitoramento, considerando a sazonalidade e deverão possibilitar a avaliação das flutuações destes dados ao longo do tempo e se houve uma tendência positiva ou negativa frente aos impactos gerados pelo empreendimento;

16. Quaisquer alterações na localização ou substituição dos módulos amostrais deverão ser solicitadas e justificadas ao IAT para autorização;

17. Os relatórios devem apresentar a descrição detalhada dos procedimentos metodológicos, incluindo áreas de abrangência das atividades, descrição do esforço amostral empregado e análises dos dados obtidos. Apresentar ainda as áreas ou pontos amostrais, incluindo área(s) controle (onde não deverá ser feita soltura de fauna);

18. Deverão ser incluídos nas análises comparativas índices de biodiversidade (riqueza, diversidade, abundância, similaridade entre locais), além da suficiência amostral. Conjuntamente aos índices encontrados, deverão ser apresentadas discussões críticas sobre a informação gerada pelo índice, que subsidiem a avaliação pelo corpo técnico do IAT;

19. Em cada relatório, incluir avaliação da comunidade de vertebrados ripícolas e associados ao ambiente aquático (herpetofauna, aves e mamíferos), caso couber, gerando dados quali-quantitativos e demais dados bio-ecológicos que permitam avaliar sua resposta à instalação e operação do empreendimento;

20. Em cada relatório, incluir avaliação da comunidade de organismos ameaçados de extinção segundo as listas internacional, nacional e estadual da fauna ameaçada vigentes, gerando dados quali-quantitativos e demais dados bio-ecológicos que permitam avaliar sua resposta à instalação e operação do empreendimento;

21. Em cada relatório, incluir avaliação crítica dos impactos causados pelo empreendimento sobre as biotas terrestre e aquática, conforme observações de campo e análises posteriores. Considerar o contexto de paisagem no qual o empreendimento está inserido e perspectiva de efeitos negativos ou positivos sobre a fauna local em longo prazo;

22. Devem ser considerados, na avaliação dos impactos, possíveis efeitos cumulativos entre este e outros empreendimentos ou demais atividades antrópicas na área de influência do empreendimento, especialmente ADA e AID;

23. Juntamente ao relatório final, apresentar tabela digital com dados brutos, disponível no endereço eletrônico: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Autorizacao-Ambiental>;

24. Condições específicas:

- A captura, coleta, transporte e soltura somente poderá ser realizada pela equipe técnica designada por esta autorização;
- Em casos de eutanásia os procedimentos devem estar de acordo com aqueles recomendados pela resolução CFMV nº 1000/2012;
- Animais exóticos capturados não devem ser reintroduzidos na natureza, sendo informado ao Instituto Água e Terra a destinação final dada a esses animais;
- Os procedimentos de captura, contenção, marcação e soltura deverão estar de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CFBio nº 706/2024 e seu regulamento.

25. NÃO É PERMITIDO:

- CAPTURA, COLETA, TRANSPORTE E SOLTURA DE ESPÉCIES EM ÁREA PARTICULAR SEM O CONSENTIMENTO DO PROPRIETÁRIO;
- CAPTURA, COLETA, TRANSPORTE E SOLTURA DE ESPÉCIES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, ESTADUAIS, DISTRITAIS OU MUNICIPAIS SALVO QUANDO ACOMPANHADAS DA ANUÊNCIA DO ÓRGÃO

|   |  |   |
|---|--|---|
| <br><b>Secretaria de Desenvolvimento<br/>Sustentável e Turismo</b> | <br><b>Instituto Água e Terra</b><br>Diretoria de Controle de Recursos Ambientais | <b>Autorização Ambiental</b><br><b>Nº 62081</b><br><b>Validade 28/02/2027</b><br><b>Protocolo 209748304</b> |
|---|--|---|

ADMINISTRADOR COMPETENTE;

- COLETA E TRANSPORTE DE ESPÉCIES LISTADAS NA PORTARIA MMA Nº 148, DE 7 DE JUNHO DE 2022, NO DECRETO ESTADUAL Nº 6.040 DE 5 DE JUNHO DE 2024 E ANEXOS CITES;
- COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO POR TÉCNICOS NÃO LISTADOS NESTA AUTORIZAÇÃO;
- EXPORTAÇÃO DE MATERIAL BIOLÓGICO;
- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS QUE NÃO CONSTEM NO PLANO DE TRABALHO APROVADO PELO INSTITUTO ÁGUA E TERRA.

26. Esta autorização é válida somente sem emendas e/ou rasuras;
27. O Instituto Água e Terra, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização;
28. A ocorrência de violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, bem como omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da autorização sujeita os responsáveis, incluindo a equipe técnica, à aplicação de sanções previstas em legislação pertinente;
29. O início das atividades e/ou de cada campanha deverá ser informado previamente com antecedência mínima de 7 (sete) dias ao Setor de Fauna – DILIO/DLF/FAUNA exclusivamente via eProtocolo, de modo a possibilitar o acompanhamento destas por técnicos do Instituto Água e Terra;
30. A equipe técnica deverá portar essa autorização (incluindo a relação da equipe técnica) em todos os procedimentos de captura/coleta/transporte/soltura;
31. O descumprimento das condicionantes estabelecidas nesta autorização sujeita os responsáveis à aplicação de sanções previstas na legislação pertinente;
32. O coordenador geral deve assinar o relatório se responsabilizando pelo seu conteúdo.

|  |  |
|--|--|
| <b>05 AUTENTICAÇÃO PELO INSTITUTO DE ÁGUA E TERRA</b>  |  |
| Local e data<br>CURITIBA, 28 de fevereiro de 2025  |  |
| O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Água e Terra. | Carimbo e assinatura do representante do IAT |

Documento: **AAMonitoramentoCGHTamarana.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Jose Volnei Bisognin (XXX.282.380-XX)** em 07/03/2025 13:57 Local: IAT/DILIO.

Inserido ao protocolo **20.974.830-4** por: **Lucas Silva Azevedo** em: 07/03/2025 13:32.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**81ffc691f7acba9ec875005e58d53018**.